



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1869814 - SP (2020/0079469-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADOS : FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP034248

MILENA PIRÁGINE - SP178962

VITOR CAMPANA MERCIER RODRIGUES DE AGUIAR - SP374357

ALINE FINOTTI VILARES - SP346446

RECORRIDO : VERIDIANO LUIZ FORESTO

ADVOGADO : ROMUALDO CASTELHONE - SP121522

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S.A, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se discute, entre outras matérias, a interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas.

A questão de direito foi afetada para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.033), o que impõe a suspensão do presente recurso perante o Tribunal de origem, até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 256-L, I, do RISTJ, incluído por meio da Emenda Regimental 24, de 28/09/2016.

Salienta-se, por oportuno, que, após o pronunciamento desta Corte, o recurso especial deve ser analisado na forma prevista nos arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015.

Forte nessas razões, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que permaneça suspenso o recurso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora